

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECOLÓGICO DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAMBACURI – MG

Diagnóstico socio-ecológico de las comunidades rurales en el municipio de Itambacuri-MG

Luís Ricardo de Souza Corrêa¹
Leonel de Oliveira Pinheiro²
Deliene Fracete Gutierrez³
Nacip Mahmud Láuar Neto⁴
Carolina Vanetti Ansani⁵
Sandra Oliveira Fernandes⁶
Thaís Amaral Oliveira⁷
Juliana Gomes dos Santos⁸

**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM
Grupo de Extensão e Pesquisa da Agricultura Familiar do Vale do Mucuri**

¹ricardo.correa@ufvjm.edu.br; ²leonel.pinheiro@ufvjm.edu.br;
³delienegutierrez@hotmail.com; ⁴nacip85@gmail.com
⁵cvansani@gmail.com; ⁶sandrassoliveira@yahoo.com.br
⁷thai.oli@hotmail.com; ⁸juliana.gomes20@hotmail.com

RESUMO

No município de Itambacuri-MG, em 2011, aproximadamente 300 famílias de agricultores familiares foram atingidas pela falta de água. Várias nascentes secaram e andar em “lombos de animais” ou “garupas” de motos para buscar água para consumo é uma realidade constante. Neste cenário, elaborou-se um plano de intenções, construído a partir do diagnóstico sócio-ecológico das comunidades afetadas pela falta de água e consensado com os diversos atores sociais do município e da região. Na metodologia utilizou-se de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo, aplicação de questionários estruturados junto a população afetada (a partir de uma amostra pré-definida) e seminário para socialização e validação de informações e propostas. Como resultado, observa-se um amplo processo de sensibilização e mobilização a respeito do problema da falta de água, além de informações a respeito das questões sócio-ecológica, isto permitiu construir e consensuar um plano de intenções com propostas, responsabilidades e prazos.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Itambacuri-MG; Desertificação; Políticas Públicas.

RESUMEN

En el municipio de Itambacuri -MG, en 2011, cerca de 300 familias de agricultores se han visto afectados por la escasez de agua. Varios manantiales se secaron y pie "lomos de los animales " o " garupas " moto para ir a buscar el agua potable es una realidad constante. En este escenario, se desarrolló un plan de intenciones, construido a partir del diagnóstico socio-ecológicos afectados por la falta de agua y consensuada con los distintos actores sociales del municipio y de las comunidades de la región. En la metodología se utilizó las técnicas de Evaluación Participativa Rápida, cuestionarios

estrutturados, con la población afectada (de una muestra pre - definido) y seminarios de socialización y validación de la información y las propuestas. Como resultado, existe un amplio proceso de movilización y sensibilización sobre el problema de la escasez de agua, así como información acerca de los problemas socio-ecológicos, lo que permitió consensuar y construir un plan de intenciones con propuestas, responsabilidades y plazos.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Itambacuri-MG; Desertificación; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O município de Itambacuri, situado na região administrativa do Vale do Mucuri localiza-se no nordeste do estado de Minas Gerais. Segundo dados do censo populacional 2010, a área territorial é de aproximadamente de 1419,21 km², com uma população total de 22.797 habitantes, sendo 15.115 na área urbana e 7.682 na área rural e IDH de 0,66 (IBGE 2010). A extensão territorial do município apresenta forte diversidade em seus aspectos físicos, sendo toda extensão territorial área de Mata Atlântica, bioma prioritário para preservação da biodiversidade em nível mundial.

A maior parte dos problemas atuais é consequência histórica do modo de ocupação da paisagem, que ocorreu de forma predatória, sem a necessária conservação dos recursos naturais. No município, é notória a presença de grandes extensões de terra destinadas à pecuária extensiva e o direcionamento das políticas públicas a este setor.

Os incentivos governamentais e a extensão rural historicamente fomentam o monocultivo do eucalipto e a pecuária extensiva, a mecanização, o esgotamento das várzeas e o uso de insumos artificiais no campo. As consequências deste modelo de agricultura são facilmente perceptíveis na paisagem: presença de pastagens degradadas e focos de erosões, assoreamento dos córregos e de suas margens e a perda da produtividade das culturas agrícolas.

Segundo relatório agroclimático, do escritório local da Emater (UREG Teófilo Otoni 2011), o município de Itambacuri vem atravessando um período de grande estiagem nos últimos meses. Desde a primeira quinzena de Maio 2011 ocorreram apenas 34,8 mm de precipitação pluviométrica, de lá para cá não há relatos de chuvas e juntamente com a baixa umidade relativa do ar a população vem sofrendo com problemas de saúde, principalmente com problemas respiratórios. O índice pluviométrico de 2010 foi apenas 578mm. Entre os meses de janeiro a fevereiro de 2011 choveu apenas 88 mm.

O mesmo relatório informa que devido a baixa incidência de chuvas, ou seja, o curto período de precipitação, os lençóis freáticos não são abastecidos e a produtividade agropecuária do município é muito afetada.

Nesse sentido, conforme informação da Defesa Civil e Polícia Ambiental de Itambacuri, uma população de aproximadamente 300 famílias em 19 (dezenove) comunidades rurais são fortemente atingidas por estes problemas. O abastecimento de água é feito com caminhão pipa, ou com água dos córregos que ainda possuem um pouco de volume. Várias nascentes secaram. Os moradores precisam andar uma distância significativa em lombos de animais ou “garupas” de motos para buscar água para consumo, fato este que se repete ao longo dos anos. A população urbana é abastecida pelo Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto(SAAE), mas com um volume de água bastante reduzido.

É neste contexto de degradação do ambiente natural, de falta de atuação dos órgãos públicos municipais e de uma ação iniciada pela defesa civil municipal, que este

projeto se insere. Realizar um diagnóstico sócio ecológico nas comunidades afetadas pela falta de água e elaborar um plano de intenções que oriente as ações dos órgãos e entidades municipais e demais entidades e instituições parceiras, no sentido de melhorar as condições de vida das famílias que vivem nesta comunidade, em especial no que tange ao acesso a água de qualidade e em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades.

O projeto aconteceu no período de outubro de 2011 a Abril de 2012 e foi executado pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar do Vale do Mucuri (GEPAF-UFVJM) que contou com a parceria de diversas instituições, quais sejam: Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Itambacuri; Polícia Militar de Minas Gerais, através do 4º Pelotão da Polícia Militar e do Destacamento de Polícia Ambiental de Itambacuri; Célula de Acompanhamento e Monitoramento da Condição de Vida do Território do Vale do Mucuri-MG; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itambacuri, e com apoio financeiro da ONG-Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), através de sua Pró Reitoria de Extensão e Cultura, da Prefeitura de Itambacuri, da Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

METODOLOGIA

As metodologias utilizadas no diagnóstico sócio ecológico das comunidades se referenciam na pesquisa-ação, como "... um tipo de pesquisa social, com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou o problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo." (Thiollent, 2005:16), esta referência é o pressuposto para a construção participativa, o diálogo de saberes e o empoderamento do capital social.

Como método de pesquisa optou-se pelo, multimétodo, aliando a vertente qualitativa e a quantitativa. A primeira referente a adoção do método qualitativo, utilizou-se do DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas), via ferramenta dialógica da construção do mapa da comunidade, dividindo-se os presentes em grupos de homens e mulheres. Ao longo da construção dos mapas eram discutidas questões de interesse das comunidades, focalizando temas referentes ao histórico da ocupação da região, meio ambiente, produção agrícola, infra estrutura, cultura e lazer, conforme roteiro previamente elaborado (ANEXO I), proposta metodológica permitiu levantar dados secundários e primários da situação ambiental do município além de envolver e conscientizar os participantes de seu papel de agente na gestão ambiental. Para operacionalizar esta etapa foi feito 9 oficinas junto às famílias nas 19 (dezenove) comunidades de Itambacuri.

Para a efetivação da vertente quantitativa, foi utilizado o método de pesquisa *Survey*, para tanto, foi feita uma compilação e organização de dados secundários para construção de uma amostra probabilística, aleatória, simples, estratificada e proporcional. O instrumento da pesquisa utilizado foi o questionário, tendo como estratégia de aplicação a entrevista pessoal, para isso realizou-se visitas *in loco* nas comunidades para aplicação de 106 questionários amostrais no universo que perfaz cerca de 462 famílias em 19(dezenove) comunidades, o tamanho da amostra foi construído considerando uma margem de erro 9,1% e intervalo de confiança de 95% das

informações levantadas. Esta etapa utilizou para processamentos dos dados levantados a partir dos questionários, o Software SPSS Statistics v.18.0 Serie: 10190858.

Por fim, realizou-se um seminário, denominado “ÁGUA É DIREITO À VIDA”, com a presença de aproximadamente 70 pessoas, representantes das comunidades rurais, do poder público local e de entidades e instituições locais e regionais, na qual ocorreram momentos de formação com a temática, do histórico da ocupação territorial e de processos de recuperação e conservação dos recursos hídricos, após esta etapa construiu-se a partir do diagnóstico apresentado as propostas de ação que compuseram o plano de intenções. A partir deste plano de intenções é possível elaborar estratégias e desenvolver ações conjuntas que busquem problematizar, de forma estruturada, os problemas apontados, ficando esta responsabilidade a cargo do Grupo Gestor, que foi constituído no respectivo seminário.

RESULTADOS E REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ITAMBACURI - MG

Como relatado no início deste artigo, o presente trabalho busca realizar um diagnóstico sócio ecológico e construir um plano de intenções frente a realidade da falta de água que diversas comunidades rurais do município de Itambacuri vem enfrentando no tempo recente.

Abaixo, segue alguns resultados e reflexões a respeito das informações obtidas a partir dos diagnósticos qualitativos e quantitativos. Informações estas que foram apresentadas, analisadas, alteradas e validadas na ocasião do seminário “ÁGUA É DIREITO À VIDA”.

Distribuição Etária

As famílias que habitam as comunidades em questão são em sua maioria agricultores familiares, predominantemente na faixa dos 30 aos 60 anos. Observa-se na tabela a seguir que há uma involução no número de jovens entre 19 e 30 anos nas habitações, o que pode indicar que estes foram buscar alternativas de vida fora das comunidades rurais, hipótese esta confirmada pelos participantes no seminário.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MORADORES POR FAIXA ETÁRIA

Idade	Frequência	Percentual	Perc. Válido	Percentual Cumul.
0 a 5 anos	32	8,1	8,1	8,1
6 a 12 anos	48	12,2	12,2	20,3
13 a 18 anos	54	13,7	13,7	34
19 a 21 anos	21	5,3	5,3	39,3
22 a 30 anos	39	9,9	9,9	49,2
31 a 40 anos	50	12,7	12,7	61,9
41 a 59 anos	66	16,8	16,8	78,7
Acima de 60 anos	64	16,2	16,2	94,9
Não se aplica	20	5,1	5,1	100
Total	394	100	100	

FONTE: GEPAF. Diagnóstico Sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri - MG. 2012.

Esse movimento traz uma série de preocupações aos moradores, entre elas a que se refere a questão cultural, uma vez que atividades e festas tradicionais vem sendo abandonadas ao longo do tempo por não haverem jovens interessados em mantê-las.

Há muitos fatores que contribuem para a saída desses jovens, e dentre eles destacamos a política de centralização da educação do campo, em que jovens que ingressam no ensino médio tem que freqüentar escolas nas sedes dos municípios, cujo oferta de ensino não é contextualizada a realidade rural. Também é importante destacar as precárias condições de vida e de trabalho enfrentadas nas comunidades rurais, como as que foram visitadas, haja vista a falta de água e a precariedade das estradas, e ainda, o fato de as fazendas de gado, que ocupam grande parte do município, terem baixa oferta de emprego.

Educação

No que diz respeito a escolaridade, a questão que mais merece destaque é a porcentagem de pessoas entrevistadas que não estudaram em escola, 25,5 % dos entrevistados, este dado é vai de encontro ao censo do IBGE de 2010, que apresenta uma taxa de alfabetização, de 78,7% da população com 15 ou mais anos de idade. Para reforçar a necessidade de reflexão e ação em relação a esta situação, observamos que segundo o IBGE 2010 a taxa de analfabetismo em Minas Gerais foi de 8,3% e no Brasil de 9,6% da população, ou seja, Itambacuri esta bem acima da média.

Outro dado alarmante é que apenas 3,8% dos entrevistados concluíram o ensino médio, assim com apenas 3,8% possuem o ensino médio incompleto.

Quando analisamos as informações acima, e relacionamos com a questão onde os 73,6% dos entrevistados disseram que não existe nenhum programa de Educação de Jovens e Adultos, podemos perceber que existe uma demanda reprimida muito grande da população da zona rural por esta política.

Como uma das potencialidades para alcançar a melhoria dos resultados acima, é que 75,5% dos entrevistados disseram que existe escola em funcionamento próxima a comunidade.

Outro ponto positivo sobre a escolaridade é que 94,6 % das famílias entrevistadas disseram que as crianças e adolescente em idade escolar estão frequentando a escola e que apenas 8,5% disseram não existir transporte escolar público para as mesmas.

Saúde

Destaca-se que para 79,2% dos entrevistados há visitas regulares de algum profissional de saúde à comunidade. Verificou-se que 80,2% das visitas realizadas é feita por um agente de saúde. Isso demonstra o potencial mobilizador e indutor do desenvolvimento que esses profissionais podem ter nas comunidades. Nesta mesma reflexão merece destaque também, a informação referente à frequência das visitas, pois dos entrevistados que disseram que recebem visitas domiciliares, 80,60% disseram que ela acontece no mínimo uma vez ao mês.

Outro ponto positivo do diagnóstico foi que 75,5% dos entrevistados disseram que existe posto de saúde em funcionamento próximo a comunidade.

Quando analisamos as forma de tratamento à saúde utilizada pelos entrevistados, verifica-se que 70,8% utiliza formas tradicionais, ao mesmo tempo que apenas 12,8% recorre a raizeiras(os) e/ou benzedeuras(os). Estas informações nos remetem à necessidade de realizar um trabalho de reconhecimento e valorização, desta forma de tratamento à saúde, assim como ações de capacitação de terapeuta naturais.

Estrutura Fundiária

Em relação a estrutura fundiária, um dado que merece uma reflexão aprofundada é a concentração de terra, segundo dados do MDA, 684 estabelecimentos da agricultura familiar, ocupam uma área de 7810 hectare, média de 11,4 ha, por estabelecimento em contrapartida 278 estabelecimentos “não familiar” ocupam uma área de 59.799 ha, uma média de 215 ha por estabelecimento. Se somarmos as duas áreas, temos um total de 67609 ha e dividirmos pela área média, de 11,4 ha ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar, chegaríamos a casa de 6146 estabelecimentos da agricultura familiar.

Há ainda, um elevado número de famílias que não possuem documento de posse da terra, o que dificulta dentre outras questões, o acesso a crédito e programas de incentivo à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Renda

Sobre a Renda as tabelas abaixo, permite realizar algumas reflexões, sobre a principal fonte de renda, destaca-se a baixíssima porcentagem de famílias que vende produtos agrícolas, apenas 1,9% dos entrevistados, corrobora com este dado a quantidade de famílias que possuem sua principal fonte de renda no trabalho a dia, no emprego fixo e na aposentadoria, que soma 78,3%.

TABELA 2 - ENTRE AS OPÇÕES ABAIXO INDIQUE QUAL REPRESENTA SUA PRINCIPAL FONTE DE RENDA DE SUA FAMÍLIA?

Variáveis	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Venda de Leite ou derivados	13	12,3	12,3	12,3
Venda de produtos agrícolas	2	1,9	1,9	14,2
Trabalho a dia	29	27,4	27,4	41,5
Emprego fixo em atividade agrícola	8	7,5	7,5	49,1
Emprego fixo em atividade não-agrícola	7	6,6	6,6	55,7
Aposentadoria ou pensão de renda mínima	39	36,8	36,8	92,5
Não possui fonte de renda	4	3,8	3,8	96,2
Outra	4	3,8	3,8	100
Total de Questionários	106	100	100	

FONTE: GEPAF. Diagnóstico Sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri - MG. 2012.

Na tabela dois pode-se verificar outro dado alarmante, que é a quantidade de famílias que não possuem uma segunda fonte de renda, 55,7% dos entrevistados, ou seja a diversificação econômica, que é um dos pilares de sustentação da agricultura familiar, neste caso esta fragilizada.

TABELA 3 - ENTRE AS OPÇÕES ABAIXO INDIQUE QUAIS REPRESENTAM A SEGUNDA FONTE DE RENDA DE SUA FAMÍLIA?

Variáveis	Frequenc y	Perc ent	Valid Percent	Cumulative Percent
Venda de Leite ou derivados	6	5,7	5,7	5,7
Venda de produtos agrícolas	10	9,4	9,4	15,1
Venda de pequenos animais	1	0,9	0,9	16
Trabalho a dia	2	1,9	1,9	17,9
Emprego fixo em atividade agrícola	1	0,9	0,9	18,9
Emprego fixo em atividade NÃO agrícola	5	4,7	4,7	23,6
Aposentadoria ou pensão de renda mínima	4	3,8	3,8	27,4
Trabalho temporário em colheitas de grande porte	2	1,9	1,9	29,2
Criação de Gado	5	4,7	4,7	34
Outra	3	2,8	2,8	36,8
Bolsa família	8	7,5	7,5	44,3
Não se aplica	59	55,7	55,7	100
Total de Questionários	106	100	100	

FONTE: GEPAF. Diagnóstico Sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri - MG. 2012.

A partir das análises das tabelas acima, pode-se chegar a conclusão que temos uma agricultura familiar extremamente, dependente de fontes de renda externa e de grandes fazendas de pecuária e fragilizada quanto aos processos de produção agrícola e de comercialização, conforme aponta os dados, da pesquisa que dizem que apenas 34% dos entrevistados comercializam seus produtos agropecuários, e que destes 25,5% repassam seus produtos para atravessadores e/ou cooperativas e associações, conforme tabela abaixo.

Outro destaque é o potencial de comercialização para os mercados institucionais, via PAA e PNAE, ainda pouco utilizado pelos entrevistados.

TABELA 4 - A SUA FAMÍLIA COMERCIALIZA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS?

Variáveis	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	36	34	34	34
Produz para consumo da família	54	50,9	50,9	84,9
Não produz	16	15,1	15,1	100
Total de questionários	106	100	100	

FONTE: GEPAF. Diagnóstico Sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri - MG. 2012.

TABELA 5 - QUAIS AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA FAMÍLIA?

Variáveis	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Venda em feiras livres	4	3,8	3,8	3,8
Venda para atravessadores locais	11	10,4	10,4	14,2
Venda para associações e cooperativas	16	15,1	15,1	29,2
Venda direta para escolas e prefeituras (PAA/CONAB/PNAE)	1	0,9	0,9	30,2
Venda para comércio local	5	4,7	4,7	34,9
Outro	4	3,8	3,8	38,7
Não comercializa	65	61,3	61,3	100
Total de questionários	106	100	100	

FONTE: GEPAF. Diagnóstico Sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri - MG. 2012.

Questões Ambientais

Nesta parte do artigo, apresentaremos informações levantadas a partir das oficinas realizadas nas comunidades rurais, a metodologia de diagnóstico participativo utilizada foi a construção do mapa da comunidade, dividindo-se os presentes em grupos de homens e grupos de mulheres. Depois os mapas foram socializados e as informações levantadas foram relatadas e sistematizadas seguindo como referência o próprio roteiro do mapa.

Embora sejam regiões distantes umas das outras, todas as comunidades apresentam um histórico de ocupação por fazendas de gado, que pressupõe extensas áreas desmatadas e/ou queimadas. Existem vários relatos de ações do programa Pró-Várzea, da Rural Minas, que drenou brejos e esgotou rios para ampliar a oferta de terras cultiváveis na região.

As comunidades em sua maioria tem origem de antigos posseiros, que vieram buscar terras férteis para o cultivo de cereais, especialmente arroz, milho e trigo, bem como outros mantimentos de consumo familiar, as comunidades possuíam benzedeiros(os) e raizeiros(as) que detinham um grande conhecimento sobre a fauna e flora da Mata Atlântica. Estes antigos posseiros se mestiçaram entre a população indígena do município. Estes moradores participaram diretamente na colonização da região, desmatando, muita das vezes, grandes áreas a mando dos fazendeiros que chegavam de fora da região dizendo serem donos das terras.

Como fruto do processo de ocupação dessas comunidades, marcado pela grande extensão de terras para a criação de gado de corte e leite, observa-se a perda de qualidade ambiental, principalmente no que se refere à qualidade da água e do solo.

Observou-se em determinadas comunidades o uso de agrotóxicos e suas embalagens são despejadas no entorno das propriedades, o que causa um grande risco de contaminação dos rios e córrego colocando diretamente em risco as famílias de agricultores da comunidade e indiretamente toda população que utiliza os mesmos.

Em geral as famílias utilizam águas de nascentes ou de cisternas, em ambos os casos foi encontrado uma diversidade de realidades e problemas. Existem nascentes que abastecem uma séria de famílias e a escola, existe caso de famílias que a nascente que era utilizada secou e não tem outra fonte de água perto, existe caso de nascentes assoreadas pela estrada vicinal, várias nascentes são utilizadas também pelo gado para consumo de água, sem nenhuma proteção ao pisoteio e a defecação, verificamos poucos casos de nascentes protegidas. Em relação as cisternas, também existe vários relatos daquelas que secaram e/ou que apresentam contaminação. Outro destaque em relação aos corpos hídricos é a destinação dos brejos para pastejo intensivo e também de processos de esgotamento dos brejos ou barramento para acúmulo de água, neste caso realizado em sua maioria nas grandes fazendas.

Outro ponto que merece destaque foi o grau de desertificação encontrado em diversas paisagens do município, foi relatado pelos participantes, que este é um processo que começou a pouco tempo e que nesta área a terra é muito fraca, “não nasce nada”, eles relacionam com o pastejo intensivo. A prática do desmatamento de vegetação nativa também foi bastante relatada e dizem que a fiscalização é bastante precária.

As comunidades carecem de tratamento adequado para os resíduos efluentes domésticos, visto que os principais corpos d'água são o destino do lixo e esgoto domésticos. Conseqüentemente, a maioria dos córregos e rios apresentam uma visível contaminação e degradação visual por estes rejeitos.

Políticas Públicas e Participação Popular

Este é um dos aspectos principais do trabalho, pois as entrevistas nos trazem dados alarmantes, como 82,1% dos entrevistados disseram que não são atualmente assistidos por nenhum programa de apoio à produção ou a preservação ambiental de órgãos como EMATER, IEF, ONG's, movimentos sociais, entre outros, assim como 88,7% disseram que nunca acessaram financiamento de programa de crédito para a agricultura familiar (PRONAF) em suas diversas modalidades.

O acesso a programas estruturantes de apoio à produção, comercialização, segurança alimentar, saneamento básico e proteção ambiental é bastante reduzido nessas comunidades, o que pode de certa maneira também estar relacionado aos baixos índices de renda, formas desordenadas de ocupação, e elevado índice de êxodo rural observados nas comunidades em questão.

Quando questionados sobre a participação em alguma organização, 49,1% dos entrevistados responderam que não participa de qualquer organização. Apenas 13,2% dos entrevistados participam de associações e 14,2% participam de grupos religiosos. De acordo com as informações acima podemos observar que o grau de participação popular é muito baixo junto às associações locais, o que dirá junto aos conselhos municipais, podendo auferir que o município ainda não possui uma dinâmica de participação popular efetiva nos diversos espaços, sendo este um dos grandes desafios para a atuação do grupo gestor.

Como relatado anteriormente, são poucas as comunidades que possuem associação. Também há pouca coesão das famílias na construção de espaços e eventos de lazer e socialização, sendo esses muitas vezes limitados a festas religiosas ocasionais e jogos de futebol para os homens.

Plano de Intenções

No seminário “Água é Direito à Vida”, após a apresentação do diagnóstico e dos espaços de capacitação técnica a plenária foi dividida em 06 grupos, sendo 04 constituídos por representantes das comunidades rurais presentes, 01 do povo indígena Mucurim, 01 com representantes das instituições e entidades locais e 01 com representantes de instituições e entidades regionais, a cada grupo ficou a incumbência de preencher a matriz do plano de intenções contendo as ações com os respectivos responsáveis e período de execução, conforme pode ser observado no plano de intenções contido no anexo II.

Grupo Gestor – Atribuições e Composição

Segue as atribuições preliminares do grupo gestor, pois as mesmas ainda serão validadas na primeira reunião do grupo:

- Assegurar a efetiva participação de todos os representantes que compõem o mesmo;
- Promover a gestão integrada do Plano de Intenções inclusive com programas e/ou projetos já desenvolvidos no município;
- Promover a integração do plano de intenções com programas e/ou projetos estaduais e regionais;
- Contribuir para a identificação de fontes de recursos para o financiamento das atividades relacionadas ao Plano de Intenções;
- Mobilizar a comunidade para participar de forma ativa das ações do Plano de Intenções;
- Disponibilizar informações que possibilitem aos membros do grupo e da sociedade em geral, ter acesso a possíveis apoios governamentais e não governamentais para execução do Plano de Intenções e para execução de outras ações que visem melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares de Itambacuri-MG;
- Organizar seminários semestrais de formação e prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos.

A composição do grupo gestor, ficou assim definida:

Instituição/ Entidade	Segmento
Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar do Vale do Mucuri - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Setor Público
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais	Setor Público
Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri do Ministério Público de Minas Gerais	Setor Público
Empresa Mineira de Assistência Técnica - EMATER	Setor Público
Instituto Estadual de Florestas	Setor Público
Setor de Fiscalização Ambiental -SEMAD	Setor Público
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Itambacuri - MG	Setor Público
Prefeitura Municipal de Itambacuri	Setor Público
Instituto Mineiro de Agropecuária	Setor Público
Instituto de Gestão das Águas de Minas	Setor Público
4º Pelotão da Polícia Militar de Itambacuri	Setor Público
Polícia Militar de Meio Ambiente de Itambacuri	Setor Público

Sistema de Ensino da Rede Estadual	Setor Público
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Setor Privado
Sindicato dos Produtores Rurais	Sociedade Civil
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Sociedade Civil
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sociedade Civil
ONG – Pró Rio Todos os Santos	Sociedade Civil
Representantes da Bacia do Rio Itambacuri	Sociedade Civil
Representantes da Bacia do Rio Aranã - Laranjeira	Sociedade Civil
Representantes da Bacia do Rio Aranã – Boa Vista	Sociedade Civil
Representantes da Bacia do Rio Urupuca	Sociedade Civil
Representantes do Povo Indígena - Mucurim	Sociedade Civil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado anteriormente, o elemento motivador do presente diagnóstico foi a necessidade das comunidades de atendimento, por parte da Defesa Civil do município, de abastecimento de água por caminhões-pipa.

Essas comunidades sofrem tanto com a seca como com a baixa qualidade de água disponível para consumo, fruto de um histórico de ocupação territorial que não levou em consideração as fragilidades ambientais da região, dado o pouco conhecimento a esse respeito. Práticas como queimadas, desmatamento, drenagem e aterramento de várzeas, lagoas e córregos, transformou rios caudalosos em intermitentes (secam na estiagem) e secou nascentes, colocando em risco a sobrevivência das próprias famílias que se instalaram nas comunidades em questão. Da mesma forma, a destinação inadequada de resíduos e efluentes termina por contaminar as poucas fontes de água que restam, inviabilizando sua utilização tanto para consumo como para a produção de alimentos.

Assim, essas famílias acabam por se tornar dependentes de recursos externos, situação bastante frágil à sustentabilidade das famílias e propriedades, o que é comprovado pelo elevado êxodo rural. Principalmente dos jovens e adultos em idade produtiva.

Nesse sentido, ao se pensar estratégias de ação que possam efetivamente aliviar as dificuldades vividas na região, há que se partir de propostas estruturantes, focalizadas no fortalecimento e na autonomia da agricultura familiar, levando-se em consideração não só projetos de recuperação ambiental, mas também alternativas que viabilizem a produção e geração de renda nessas comunidades.

Em termos de recuperação ambiental, as famílias apresentaram demandas por recuperação de nascentes e acesso a saneamento básico, principalmente no que se refere à instalação de equipamentos sanitários adequados.

Mas as famílias também apresentaram demanda por projetos de infraestrutura, principalmente na recuperação e manutenção de estradas, transporte público e beneficiamento da produção.

Como quaisquer medidas a serem tomadas só terão sucesso se bem articuladas a políticas e projetos já existentes, por isso as propostas do Programa de Sustentabilidade Ambiental proposto no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado do Vale do Mucuri (PTDRS 2010), serviram como base para a elaboração do plano de intenções.

Também é importante salientar o desafio em se construir um Grupo Gestor consultivo e deliberativo, com funcionamento periódico, em uma realidade municipal de

baixa participação popular, o que pode colocar em risco a garantia de efetiva participação dos representantes de agricultores familiares e povos indígenas.

Outro desafio é construir entre as entidades participantes uma disposição política par uma nova forma de elaboração de políticas e programas municipais, bem como a captação de recursos para implementar as ações do Plano de Intenções e envolver as comunidades na execução das ações.

Por fim, coloca-se no horizonte o desafio de construção de diálogo frente a diversos conflitos existentes, de ordem político-eleitoral, fundiária e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO. A. B & PINHEIRO. L. O. et al. Atualização e Qualificação do Plano de Desenvolvimento do Território da Cidadania do Vale do Mucuri — Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (GEPAF-Vales). Teófilo Otoni: xxxp. 2010

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO DE INFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DO MUCURI. Relatório Analítico 2011 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (GEPAF-Vales); Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Teófilo Otoni: xxxp. 2011

DENZIN, NORMAN K.; LINCOLN, YVONNA S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa – Teorias e Abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre, 2006. 432 p.

FREITAS, HENRIQUE; [ET AL]. O método de pesquisa survey. Revista de Administração, São Paulo v.35, n.3, p.105-112, julho/setembro 2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – FEAN, Município e Meio Ambiente. Belo Horizonte, 2002. V. 1. (Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os municípios).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, A Questão Ambiental em Minas Gerais: discurso e política. Belo Horizonte, 1998. 328 p.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Minas Trata Esgoto. Disponível em: <http://www.feam.br/minas-trata-esgoto>. Acesso em: 19 de out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resultados do Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31> Acesso em 04 de Abril de 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS (IDENE); ASSOCIAÇÃO REGIONAL MUCURI DE COOPERAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (ARMICOPA). Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri. [S.l.]: 2005.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/minas-gerais/pdf/>, Acesso em 04 de Abril de 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em <http://www.brasilemcidades.gov.br/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=313270>, Acesso em 04 de Abril de 2012.

THIOLLENT, MICHEL. Metodologia da Pesquisa-Ação. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXO I

ROTEIRO PARA ORIENTAR A APLICAÇÃO DO MAPA DAS COMUNIDADES
Município de Itambacuri - MG

HISTÓRICO

Nomes das comunidades

Por que a comunidade tem esse nome?

Quantas famílias moram na comunidade?

A quanto tempo existe a comunidade?

QUESTÕES AMBIENTAIS

Rio, Córregos e Nascentes principais (onde ficam; nome; quantidade e qualidade da água hoje e há um tempo atrás);

Tinha peixe nos rios e/ou córregos da comunidade? As pessoas se alimentavam desses peixes? E hoje como esta?

Tinha algum lugar que é ou era utilizado para tomar banho no rio/corrégo?

Como estão as matas da comunidade? Já teve mais? Caso positivo, a quanto tempo?

Caso a água esteja diminuindo, por que as pessoas acham que isso esta acontecendo?

Teve famílias que já saíram da comunidade por causa da falta de água?

O que as pessoas acham que pode ser feito para melhorar a quantidade e qualidade da água da comunidade?

Na visão das famílias o que esta sendo feito hoje na comunidade para solucionar este problema?

AGROPECUÁRIA

O que é plantado nas comunidades?

Tem criação de boi e vaca?

Tem grandes fazendas?

INFRAESTRUTURA

Escolas Rurais

Postos de Saúde

Estradas

Transporte

Infraestrutura comunitária (farinheria, sede da associação, galpões, etc)

ENTRETENIMENTO

Festas

Esporte

Atividades de Lazer

Qual é o lugar utilizado para de reuniões com a comunidade?

ANEXO II

PLANO DE INTENÇÕES			
<i>Programa de Educação Ambiental territorial com prioridade para a Preservação da água</i>			
AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Construir parceria entre organizações e órgãos públicos para Educação Ambiental;	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	Associações; CMDRS
Organizar reuniões, intercâmbios e mutirões ambientais e cursos junto as associações;	Urupuca	CURTO	EMATER; IEF; UFVJM
Incluir nos espaços de capacitação do CMDRS temas ambientais;	Urupuca	CURTO	Órgão Ambientais
Capacitação de agentes multiplicadores das comunidades rurais	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	Comunidade; Órgãos Ambientais
Ativação do CODEMA no município	Urupuca	MÉDIO	Prefeitura
Realizar atividades de mobilização e conscientização junto aos professores das escolas estaduais e municipais	Entidades Locais		Defesa Civil; UFVJM/GEPAF; PMMG; Professores presentes no seminário
Realizar atividades de mobilização e conscientização junto aos estudantes das escolas estaduais e municipais	Entidades Locais		SME; SMA; Escolas Estaduais; PMMG; Guardiões do Vale; SAAE; EMATER; UFVJM/GEPAF; CMDRS; Defesa Civil;
<i>Programa de Proteção de Nascentes</i>			
AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Realizar levantamento de nascentes nas comunidades rurais;	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	Comunidades; Defesa Civil; IEF
Oferecer trabalhos educativos e assistência técnica com cursos de capacitação agroecológica; Oferecer recursos financeiros para recuperação das	Urupuca Aranaã Itambacuri	MÉDIO CURTO	EMATER; UFVJM; CMDRS;

nascentes;	Entidades Regionais		
Divulgar programas de incentivo fiscal e financeiro para práticas de conservação e proteção ambiental	Urupuca Entidades Regionais	MÉDIO LONGO	IEF; CMDRS; Associações
Realizar pesquisa científica das dinâmicas hidrológicas das bacias hidrográficas	Urupuca Entidades Regionais		UFVJM/GEPAF; UFV; MPMG
Realizar pesquisa científica dos impactos do programa pró-várzea na falta de água nas comunidades rurais	Entidades Regionais		UFVJM/GEPAF; UFV; MPMG

Programa de saneamento e abastecimento de água

AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Mobilização para projetos de saneamento básico;	Urupuca	CURTO	Associações; Comunidades
Fazer o tratamento adequado nas instalações produtivas que poluem os córregos e rios;	Urupuca	CURTO	IDENE
Acompanhar ações na construção de sistemas de tratamento de esgoto e no abastecimento de água das comunidades rurais;	Urupuca	CURTO	MPMG; CMDRS; Prefeitura
Construção de fossas sépticas, de banheiros e poços artesianos. Elaboração de projetos junto às comunidades rurais, com apoio de agentes de saúde;	Urupuca Aranaã	CURTO	Prefeitura; Sec. Saúde; Programas Governamentais
Realizar inventário dos poços artesianos existentes e sua situação atual	Entidades Regionais		SAAE; SMO; IGAM
Buscar recursos para capacitação e construção de cisternas de captação de águas pluviais (modelo Programa PIMC)	Entidades Regionais	CURTO	Prefeitura; Defesa Civil Nacional;

Preservar o solo, evitando a erosão e o assoreamento dos córregos, baixas e lagoas

AÇÕES	Grupos	QUANDO	PARCEIROS
--------------	---------------	---------------	------------------

	que demandaram		SUGERIDOS
Aprofundar os estudos ambientais no território e fomentar a formulação de novos projetos e ampliação das iniciativas existentes para a recuperação dos recursos naturais, solo, água e biodiversidade da Mata Atlântica remanescente;	Urupuca Entidades Regionais	MÉDIO	UFVJM; UFV
Fazer barragens secas; fornecer maquina para a construção dessas barragens, e fazer trabalho de orientação técnica;	Urupuca	CURTO	EMATER; EMBRAPA; Prefeitura
Preservar as matas; plantio e reflorestamento	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	IEF; Comunidades
Fornecimento de mudas e orientações técnicas	Urupuca	CURTO	IEF; EMATER
Utilização de tratores agrícolas de forma ecologicamente correta e uso adequado do solo	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	EMATER

<i>Promover o Controle do Uso do Fogo</i>			
AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Promover cursos de capacitação dos agricultores para uso racional do fogo;	Urupuca	MÉDIO	IEF
Conscientizar os agricultores para a fiscalização comunitária;	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	Associações; Comunidade
Placas indicativas na beira das estradas advertindo o risco de fogo;	Urupuca	CURTO	IEF
Mobilização entre prefeituras e entidades locais para cobrar eficácia aos órgãos responsáveis;	Urupuca	CURTO	Associações; MPMG
Criar mecanismos de incentivos fiscais para a recuperação e conservação ambiental (redução de impostos).	Urupuca Entidades Regionais	CURTO MÉDIO	IEF; Governo Federal

Programas de Uso e Manejo, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Apoiar programas e projetos de recuperação ambiental e de agricultura sustentável;	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	UFVJM; EMATER; Prefeitura
Projeto de uso sustentável dos recursos florestais	Itambacuri		
Realizar fiscalização em parceria com órgãos competentes.	Urupuca Entidades Regionais	CURTO	MPMG

Programa de Tratamento do lixo rural.

AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Mobilização das pessoas e conscientização para a coleta seletiva e disposição adequada do lixo;	Urupuca Itambacuri	CURTO	Comunidade; Prefeitura
Construção de depósitos em locais onde não há coleta regular.	Urupuca Itambacuri Aranã	CURTO	Prefeitura; Governo Federal
Promover programas de reciclagem do lixo;		CURTO	Prefeitura; Escolas
Evitar depositar o lixo as beiras dos rios e córregos;	Urupuca	CURTO	Prefeitura; Comunidades
Livrar o meio ambiente e o ser humano da contaminação pelo uso de agrotóxicos.	Urupuca	CURTO	EMATER; Sec. Saúde

Programa de Infraestrutura Rural

Estradas Rurais

AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Manutenção e adequação das estradas rurais, em um perfil ecológico	Aranã Entidades		Prefeitura; Rural Minas;

	Regionais		
Recuperação das Pontes e Mata-Burros	Aranã		
Programa de capacitação dos operadores de maquina para manutenção das estradas rurais, em um perfil ecológico	Itambacuri Entidades Regionais		Prefeitura; Rural Minas; AMUC; Representantes Comunitários
Infraestrutura coletiva de beneficiamento da produção			
AÇÕES	Grupos que demandaram	QUANDO	PARCEIROS SUGERIDOS
Transporte matéria prima e produtos beneficiados	Aranã		

PROGRAMA RESGATE E FORTALECIMENTO CULTURAL
Propostas Apresentadas pelos Mucuriñ
Mapeamento das famílias Aranã no Mucuri
Levantamento bibliográfico sobre o povo Aranã
Capacitar os Mucurin para organizarem os documentos e registro de sua associação
Curso de artesanato de sementes, missangas, penas, etc.
Intercâmbios
Acompanhamento da tramitação dos documentos já enviados para Brasília
Realizar visita ao Museu de Itambacuri
Divulgação sobre verbas que vem para a Prefeitura para ser aplicado na Aldeia
Realizar visitas periódicas a aldeia Mucurin
construção da Cabana de reuniões na aldeia
Mobilizar os Mucurin para participarem da luta das comunidades pela água